



**Ata da 10ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 05 de abril de 2022.**

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e treze minutos, a Décima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Nona Legislatura. / Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme previsão regimental. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 39/2022 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 40/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 37/2022 – Poder Executivo; 38/2022 – Sandro Dellabella Ferreira. **Ofício Externo ao Legislativo:** 26/2022 – Éder Botelho da Fonseca – IPACI. **Indicações:** 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509 e 1510/2022 – Adriano Pereira Verediano; 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515 e 1516/2022 – Alexandre Andreza Macedo; 1395, 1427, 1428, 1429, 1430, 1492, 1493 e 1494/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 1400 e 1426/2022 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 1483, 1484, 1485, 1486, 1487 e 1488/2022 – Arildo Tomaz Bucker; 1406, 1407, 1408, 1470, 1471 e 1472/2022 – Brás Zagotto; 1449 e 1468/2022 – Diogo Pereira Lube; 1396/2022 – Evandro Miranda; 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455 e 1456/2022 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1490 e 1491/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 1433 e 1434/2022 – Leonardo Pinheiro Dutra; 1391, 1392, 1393, 1394, 1421, 1422 e 1431/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1409, 1410, 1411, 1412, 1423, 1424, 1425, 1435, 1436, 1437, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481 e 1489/2022 – Osmar Francisco; 1469 e 1500/2022 – Paulo Grola; 1397, 1398 e 1399/2022 – Paulo Sérgio de Almeida; 1413, 1414, 1473, 1474 e 1482/2022 – Sandro Dellabella Ferreira; 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466 e 1467/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 36/2022 – Adriano Pereira Verediano; 33/2022 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 35/2022 – Paulo Grola; 31/2022 – Paulo Sérgio de Almeida; 34/2022 – Sebastião Ary Corrêa; *Votos de Congratulação:* 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266 e 267/2022 – Osmar Francisco; *Votos de Pesar:* 30/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 27, 28 e 29/2022 – Leonardo Cleiton Camargo. **Projetos de Decreto Legislativo:** 92 e 93/2022 – Brás Zagotto; 91/2022 – Alexandre Valdo Maitan. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Interrompe os trabalhos da Sessão para dar posse ao Vereador Rodrigo Sandi. Pede ao Secretário Diogo Lube que faça a leitura do Compromisso de Posse para que, em seguida, o Vereador Rodrigo, com a mão direita estendida, declare “Assim prometo”. / **Diogo Pereira Lube (Secretário):** — Faz a leitura do seguinte compromisso: “Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar o mandato com honradez, dentro dos princípios da legalidade e da moralidade pública, e trabalhar pelo bem-estar e pelo progresso do Município.” / **Rodrigo Sandi:** — Diz: “Assim prometo”. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Declara empossado o Vereador Rodrigo Sandi, a quem passa a palavra por cinco

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



minutos. / **Rodrigo Sandi:** — Cumprimenta a todos e agradece ao Presidente Brás por lhe ter dado oportunidade de ser assessor e poder continuar contribuindo com a Câmara. Agradece também ao amigo Diogo Lube pelo esforço que fez para que ele, Rodrigo, pudesse ser assessor na Câmara Municipal. Faz um agradecimento especial ao Presidente Municipal do Partido Podemos, o Allan Ferreira, e ao Presidente Estadual Gilson Daniel. Fala de sua felicidade por poder voltar à Câmara como vereador, já que não conseguiu se reeleger, mas reconhece que o colega Delandi era um grande representante do Podemos no Legislativo e, hoje, ocupa a vaga de secretário de Obras. Inclusive deseja-lhe toda a sorte e parceria que ele puder fazer com os vereadores e com a sociedade cachoeirense. Parabeniza a todos os vereadores pelas bandeiras levantadas na Câmara, mostrando que não foram eleitos para brincar, e sim para trabalharem com responsabilidade. Deixa claro que está na Câmara para aprender mais com os colegas. Informa que é morador do Bairro Zumbi há quarenta e dois anos e está feliz por ser o terceiro vereador com mandato daquela comunidade, ao lado dos colegas Ely e Chupeta. Diz esperar que, juntos, possam fazer o melhor por aqueles moradores. Agradece também à assessoria do colega Delandi que vai continuar na Câmara, agora, com ele. Destaca que o assessor Márcio, do Bairro Zumbi, e o Alex, do Projeto Frei João, também vão compor a sua assessoria. Coloca-se à disposição do Prefeito Victor Coelho e avisa que é um vereador enjoado, mas tudo no debate, com educação e respeito. Frisa que vai trabalhar para que Cachoeiro possa melhorar a cada dia. Encerra a sua fala, com a seguinte frase: “Já viveu o seu passado, seu presente começa agora e o seu futuro ainda vai surpreender muita gente”. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que hoje é o aniversário do Vereador Paulo Grola; então, o convida para assumir a presidência da Casa. / **Paulo Grola (Presidente em exercício):** — Menciona que está completando sessenta e nove anos de idade e que vai lutar por um Cachoeiro melhor. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Osmar Francisco:** — Diz que ele e o colega Rodrigo não conseguiram ganhar a eleição, mas, como suplentes, ele assumiu a vaga na Câmara depois da morte do colega Silvinho e, hoje, o Rodrigo assume a deixada pelo Delandi. Confirma que há três vereadores representando a comunidade do Zumbi, os quais, agora, podem fazer com que o bairro vire praticamente uma cidade. Registra que, hoje, completa um ano que o SAMU está atendendo em Cachoeiro. Comenta que solicitou que fosse feito um requerimento na Casa em defesa das pessoas que não podem entrar nos gabinetes, se estiverem vestindo bermuda. Diz achar uma falta de respeito impedir os homens de entrarem na Câmara por usarem bermuda, já que, na hora de elegerem os políticos, eles podem vestir short e camiseta e calçar sandália. Informa que na Assembleia Legislativa as pessoas podem entrar vestindo bermuda. Então, pede que isso seja revisto em Cachoeiro, porque é humilhante a pessoa ser impedida de entrar na Câmara Municipal. Lembra que as mulheres podem entrar na Câmara vestindo saia ou bermuda. Agradece à Prefeitura pela atenção que está dando ao Distrito de São Joaquim. Ressalta que o Vereador Gelinho pediu várias vezes a limpeza de uma rua do Bairro Santa Cecília, mas não foi atendido. Menciona que, na terça-feira, passou por lá e viu que parecia até o morro do lixo, razão pela qual pediu à Prefeitura que fizesse o serviço, o que foi realizado na quarta-feira. Enfatiza que é vereador de Cachoeiro de Itapemirim; assim, quando vê algum problema, pede respeitosamente ao prefeito e é atendido. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que ele e os Vereadores Gelinho e Alexandre de Itaoca, que compõem a Comissão de Educação da Câmara, convidaram as Secretárias Cristina e Lorena, que ocupam as pastas de Educação e de Administração, respectivamente, para que elas pudessem dar algumas explicações sobre o piso salarial dos professores, cujo assunto tem sido objeto de polêmica e de questionamentos. Então, registra que esses três vereadores cederam seus tempos às citadas secretárias. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Cumprimenta a todos e agradece especialmente ao Vereador Diogo Lube pelo tempo cedido para que ela e a Lorena pudessem explicar sobre algumas questões referentes



ao piso do magistério. / **Lorena Vasques Silveira:** — Após os cumprimentos, agradece à Câmara pelo convite para esclarecer alguns fatores. Registra que o piso do magistério foi definido pela Lei 11.738/2008 e vinha sendo atualizado de acordo com o estabelecido no artigo 5º, parágrafo único da mesma lei, o qual diz o seguinte: “Artigo 5º – O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009. Parágrafo único – A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei 11.494/2007.” Informa que a Lei 11.494/2007 era a do FUNDEB; porém, esclarece que hoje existe a nova lei desse Fundo, que é a 14.113, a qual revogou, na íntegra, a legislação anterior. Menciona que essa lei utilizava, como percentual de reajuste do magistério, o mesmo percentual de reajuste do valor anual mínimo por aluno. Explica que a nova lei do FUNDEB alterou a base de cálculo do valor anual mínimo por aluno. Assim, diz que, se a Prefeitura utilizar o parâmetro que foi alterado, considerando o que está disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei 11.738, que fala sobre o reajuste, o Município e os entes federativos vão ficar numa situação delicada, até porque ainda não houve uma manifestação dos Tribunais Superiores e dos órgãos de controle quanto a essa forma de atualização. Acrescenta que nem a maioria dos Municípios está utilizando isso. Portanto, frisa que isso traz uma grande insegurança jurídica. Deixa claro que, se o reajuste for concedido, ele não poderá ser retrocedido depois. Então, enfatiza que, se o Município conceder agora um reajuste, crendo que essa base de cálculo é legítima, já que foi homologada através de uma portaria, amanhã, poderá ser surpreendido pelos órgãos de controle dizendo que ele agiu de forma equivocada. Pergunta o que poderia ser feito diante disso, já que o Município não ia poder retroceder. Ressalta que os entes federativos se encontram numa situação difícil, visto que, amanhã, se por ventura o Tribunal entender que o reajuste não é devido, o Município não poderá retroceder. Registra que a Portaria 67, do Ministério da Educação, homologou um parecer da Secretaria de Educação Básica, o qual foi proferido pela consultoria jurídica dessa mesma pasta. Informa que, em síntese, o parecer defende a utilização da regra descrita no parágrafo único do artigo 5º da Lei 11.738, considerando, entretanto, a forma e a base de cálculo previstas na nova lei do FUNDEB. Lembra que somente uma lei tem força para alterar outra lei. Salienta que o parágrafo único do artigo 5º da Lei 11.738/2008 é explícito quando menciona que a forma e a base de cálculo são as descritas na antiga lei do FUNDEB, ou seja, na de Nº 11.494/2007. Portanto, enfatiza que, embora haja uma portaria homologada pelo ministro da Educação, ainda assim o Município não tem segurança jurídica para dizer que existe uma nova lei afirmando que o reajuste tem que ser de 33.24%. Acrescenta que a própria lei do FUNDEB não garante aos Municípios o repasse integral do valor anual mínimo por aluno. Comenta que foi dito que os Municípios devem conceder um reajuste de 33.24%, mas o Governo Federal não fará o repasse desse valor. Lembra que, de acordo com a antiga lei do FUNDEB, se o Município gastasse, por exemplo, 18 milhões de reais, a União entrava com esse valor, e, assim, a conta zerava; porém, hoje, isso não existe mais. Informa que o piso nacional do magistério ainda é de 2 mil 886 reais e 64 centavos, havendo um questionamento acerca da legalidade e da segurança jurídica para a concessão dele. Diz que o piso pago pela Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim a todos os professores, claro, fazendo o cálculo da proporcionalidade de horas trabalhadas, é de 3 mil 309 reais, ou seja, acima do piso nacional. Salienta que, mesmo diante de toda a obscuridade jurídica e da problemática normativa existente, o Município fez e está fazendo diversas simulações de impacto. Destaca que, se o Município aplicar 33.24% sobre o piso de 3 mil 309 reais pago pela PMCI, haverá um impacto mensal de 2 milhões e 400 mil reais, sendo 28 milhões e 800 mil reais anual. Comenta que, se o Município aplicasse o novo piso, que é 3 mil 845 reais e 63 centavos, o colocasse na letra A da tabela e incidisse os 3% sobre cada letra que o

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



servidor adquiriu durante seu tempo de trabalho, o impacto seria de 1 milhão e 600 mil reais por mês e de 19 milhões e 200 mil reais por ano. Ressalta que, se o Município pagasse 3 mil 845 reais e 63 centavos apenas para os professores que recebem abaixo desse valor, o impacto seria de 1 milhão e 100 mil reais por mês e de 13 milhões e 200 mil reais por ano. Então, enfatiza que esse é um impacto alto para ser absorvido pelo Município sem o repasse da União. Registra que, recentemente, o Tribunal de Contas publicou o Informe N° 1 da MAPR, dizendo que havia vinte e nove Municípios que não possuíam margem para aumento salarial em 2022, dentre eles Cachoeiro de Itapemirim. Comunica que, desde 2017, o Município vem investindo numa política de valorização dos servidores. Cita, como exemplo, que, no plano de cargos e salários, o magistério teve um ganho real de 22.26%; o administrativo, de 37.74%. Deixa claro que não está dizendo que os professores não são merecedores desse reajuste, e sim que, diante do impacto e dos compromissos assumidos pela administração de colocar em dia as promoções e as progressões dos servidores, depois do advento da Lei Complementar 173, já que tudo ficou sobrestado, isso não é possível agora. Avisa que, depois que a Prefeitura passar dessa fase, será analisado, diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, se existe margem para conceder algum reajuste. Ressalta que a Prefeitura não consegue fazer esse trabalho neste momento, porque é preciso finalizar primeiro as promoções e as progressões. Comenta que o Município poderá aumentar a arrecadação ou a União fazer o repasse de algum valor. Pede a todos que entendam que dar uma resposta de concessão ou não do reajuste do piso neste momento é complicado para o Município, até pela inexistência de força legislativa. Saliencia que seria melhor se o Governo Federal tivesse determinado o piso de 3 mil 845 reais e 63 centavos, porque, assim, o Município teria segurança jurídica; entretanto, da forma como as coisas estão caminhando, Cachoeiro de Itapemirim e todos os Municípios do País foram colocados numa saia justa, porque a portaria diz que podem pagar, mas não os obriga, sem contar que também diz que não haverá contrapartida, ou seja, nenhum repasse da União. Portanto, repete que não está dizendo que o Município vai ou não conceder o reajuste, e sim que, agora, é preciso finalizar o trabalho referente às promoções e às progressões dos servidores, avaliando, de forma prudente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para, num momento posterior, analisar também a possibilidade de concessão de reajuste. Enfatiza que, se houver margem, o Município não vai se opor a conceder esse reajuste; porém, ele não pode descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Reconhece a defasagem salarial dos professores de Cachoeiro e de todo o Brasil. Informa que é professora efetiva aposentada e sabe o quanto essa categoria se dedica, inclusive até se reinventou neste período de pandemia. Avalia que a valorização do magistério não é só quanto ao salário. Destaca que o Município tem investido na educação de forma satisfatória e que atende a uma gestão competente. Saliencia que, segundo as estatísticas, quase 81% dos Municípios do Brasil não conseguiram aplicar os 25% do orçamento na educação, enquanto que, em Cachoeiro, foram aplicados quase 27%. Frisa que isso é competência de gestão, porque há outras questões que não podem ser desvinculadas da educação. Deixa claro que há o desejo de, nesta administração, continuar estudando uma forma mais adequada, que não gere nenhum tipo de irregularidade para o Município, de conceder o reajuste que os professores merecem; porém, menciona que tudo aponta que isso não é possível agora. Conta que é coordenadora da UNDIME e pode dizer que 80% dos Municípios do Estado do Espírito Santo estão pensando nesse aumento salarial e ainda não conseguiram absorver isso na LRF. Diz saber que o professor merece ser bem remunerado, com um aumento significativo, mas, enquanto gestores, não podem ser irresponsáveis de tomar uma decisão pela qual, lá na frente, terão que responder juridicamente. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que parte da receita federal é destinada à educação, sendo que, desse repasse, 70% pagam o salário dos professores e os 30% restantes são destinados à infraestrutura das escolas. Portanto, diz que a educação básica é gerida



praticamente por um fundo federal, mas, muitas vezes, o Município ainda precisa fazer um complemento, porque nem sempre o dinheiro repassado pelo FUNDEB paga todas as necessidades da educação. Ressalta que a Lei 4.622/2005 fala sobre a revisão salarial, que é de certa forma um direito constitucional de todas as categorias. Lembra que o Tribunal de Contas se manifestou, dizendo que não poderia ser dado reajuste nem aplicado nenhuma mudança, porque ultrapassaria da lei do orçamento. Diante disso, pergunta se a revisão salarial também se aplica a essa pontuação do TC. Indaga se poderia dar revisão, já que não pode haver reajuste salarial. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que o Tribunal de Contas disse que o Município de Cachoeiro de Itapemirim, assim como outros, não tem margem para aumento salarial. Salienta que a revisão, assim como o reajuste, acarreta aumento salarial, inclusive atinge toda a massa de servidores. Então, comenta que, sob uma ótica orçamentária e até diante do parecer do Tribunal de Contas, talvez, fosse mais irresponsável por parte do Município conceder a revisão geral. / **Diogo Pereira Lube:** — Conta que tem recebido muitos questionamentos de professores sobre esse tema, inclusive cita o seguinte: “Em janeiro de 2020, o Município repassou integralmente um reajuste de 12.84% no salário-base de quem estava no vencimento e não recebia o piso, que passou a ser de 2 mil 886 reais. Todos os professores do Município, dentre eles DT’s e efetivos, recebem o piso. Se foi pago esse reajuste ou se fez uma aproximação para que outros professores recebessem o valor, por que agora, automaticamente, esses reajustes não podem ser aplicados sobre as vantagens dos servidores.” Indaga se todos os professores recebem de fato o piso. Pergunta se foi dado um reajuste em janeiro de 2020 e qual a explicação para não dar esse agora. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que todos os professores recebem o piso salarial do magistério, que é de 2 mil 886 reais. Destaca que os servidores que fizeram a opção pelo plano recebem a letra A da tabela, que dá 3 mil 309 reais, ou seja, acima do piso do magistério. Comenta que os DT’s recebem o piso, de acordo com a proporcionalidade das horas trabalhadas. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que faz parte de alguns grupos e vê que é usada a justificativa de que o Governo Federal, na lei do piso de 2008, se comprometeu a fazer a complementação para os Municípios daquilo que por ventura eles não conseguissem pagar do piso. Inclusive menciona que há um vídeo circulando nas redes sociais onde o Presidente Jair Messias Bolsonaro afirma que é só as Prefeituras entrarem em contato com o Governo Federal que, de acordo com a lei do piso, haverá uma complementação. Pergunta se essa informação é verídica e como a Prefeitura entende isso. Indaga se isso pode ser utilizado para que os professores recebam o piso colocado na portaria ou se remete apenas à lei de 2008, a qual não se enquadra na nova legislação do FUNDEB. Questiona se a Prefeitura pode pedir essa complementação para que ela tenha condições de pagar o piso dos professores, de acordo com a portaria de janeiro de 2022. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Salienta que a Prefeitura tem o repasse do FUNDEB por aluno. Entretanto, informa que o Município não recebeu ainda o repasse por aluno do exercício atual, e sim do ano anterior. Explica que, se o ano passado tivesse, por exemplo, sido encerrado com vinte e um mil e trezentos estudantes e este ano contasse com vinte e dois mil alunos, o Município só receberia por esse total a partir de 2023. Então, deixa claro que, até hoje, o que se tem legalmente é o repasse por aluno registrado no Censo Escolar. Enfatiza que não vê em Cachoeiro nem em outro Município a possibilidade de solicitação de repasse a mais do que já é previsto por quantidade de aluno FUNDEB/mês. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que, pela explicação, o Município não reconhece essa portaria por ela não ter efeito de lei. Pergunta o que poderia ser feito, a título de legislação. Registra que, por mais que os vereadores tenham uma força política de mediação, eles ficam totalmente amarrados. Ressalta que, se os vereadores pudessem fazer uma lei com vistas a aumentar o salário dos professores, todos teriam feito isso, pois entendem que educação é algo prioritário; porém, avisa que essa batata está nas mãos do Governo Federal. Então, indaga o que a Câmara Federal, o Senado e o Governo do Estado podem



fazer para que de fato haja uma segurança jurídica e o prefeito possa aplicar o novo valor do piso, ou seja, os 33%. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que uma medida provisória, algo que tenha de fato força legislativa e determine qual é a base de cálculo real que será utilizada para o reajuste dos professores, pois o que existe hoje é a vigência da Lei 11.738, que faz menção a uma lei já revogada. Salienta que o Governo Federal, que quer conceder um reajuste de 33.24%, deveria de fato assumir a responsabilidade de legislar sobre essa matéria e também fazer um instrumento legal que conceda ao Município a segurança para o pagamento do piso. Repete que hoje o Município não tem essa segurança, pois portaria não tem força legislativa para alterar uma lei. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que há uma fala quanto ao impacto que a criação de noventa e sete cargos na Prefeitura causa ao Município. Então, pergunta se isso interfere naquilo que o Tribunal de Contas mensurou. Indaga se há um estudo técnico por parte da Prefeitura para promover, para o próximo ano ou assim que possível, um reajuste para os professores. / **Lorena Vasques Silveira:** — Frisa que o Município está sempre avaliando as condições de concessão de reajuste para os professores e para todos os servidores públicos. Registra que, hoje, o cenário diante do Tribunal de Contas não deixa o Município confortável para dizer que irá conceder o reajuste. Destaca que é necessário fazer uma análise mês a mês junto à Secretaria de Fazenda para verificar o cenário e ver se, mesmo com o aumento da folha devido às promoções e às progressões, há uma margem de “x” por cento. / **Diogo Pereira Lube:** — Pergunta se o impacto financeiro com a criação dos noventa e sete cargos na Prefeitura influencia diretamente na decisão de não conceder o reajuste aos professores. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que não influencia, já que o impacto com o reajuste dos professores custaria cerca de 19 milhões e 200 mil reais/ano, enquanto que o da criação dos cargos foi de 4 milhões de reais por ano. Ressalta que, se o Tribunal ou a Prefeitura entender, neste momento, que não é prudente a nomeação de servidores para esses cargos, eles não serão nomeados e, caso já tenham sido, poderão ser exonerados; porém, se for concedido o reajuste salarial aos professores, ele não poderá ser retirado, sendo um caminho sem volta. Frisa que não houve nenhuma relação nisso, até pela diferença do impacto ser gritante. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Informa que, no mês de março, a folha de pagamento da educação foi de 7 milhões, 511 mil 604 reais, o que atingiu 77% do FUNDEB, sendo que o Fundo prevê 70%. Então, menciona que a previsão anual com a folha de pagamento é de 105 milhões 889 mil reais. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece às secretárias pela explicação. / **Adriano Pereira Verediano:** — Registra que faz parte de alguns grupos de professores; assim, as perguntas feitas pelo Vereador Diogo também seriam as suas. Sugere que nas reuniões se façam presentes representantes da classe para que esse imbróglio possa ser diluído de forma a que os interessados ouçam as explicações das secretárias, que têm capacidade para darem respostas mais transparentes. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Também destaca que as perguntas feitas pelo Vereador Diogo são as mesmas que faria. Ressalta que ainda haverá uma reunião com o pessoal do Tribunal de Contas para falar sobre a obrigatoriedade desse reajuste. Comenta que ficou bem claro hoje que o Município tem dificuldade para pagar o reajuste de 33.24% que o Governo Federal jogou ao vento, sem fazer um repasse financeiro. Indaga se o governo acataria, caso o Tribunal de Contas recomendasse tal reajuste aos professores. Questiona ainda se existe a possibilidade de igualar o salário dos DT's ou o tíquete deles, agraciando-os de alguma forma, já que recebem um piso inferior ao dos efetivos. / **Lorena Vasques Silveira:** — Quanto à primeira pergunta se o Município acataria uma decisão do Tribunal de Contas, caso o órgão entendesse que o pagamento desse piso é devido, diz que, se houvesse legislação determinando isso, o Município teria que cumprir a lei. Registra que, diante da inexistência legislativa, acha pouco provável o Tribunal de Contas fazer uma ponderação nesse sentido; entretanto, deixa claro que, se a União fizer os repasses, não haverá nenhuma dificuldade de pagar os professores. No que se refere à equiparação do salário dos DT's



ao dos efetivos, entende que, até pelo parecer do Tribunal de Contas, hoje o Município não consegue dar aumento salarial nenhum. Repete que as contas serão analisadas junto à Secretaria de Fazenda, mês a mês, para irem avaliando a arrecadação do Município e os repasses feitos pelo Governo Federal e ver a possibilidade de concessão de reajuste, de equiparação salarial dos DT's ou ainda do tíquete alimentação. Frisa que tudo o que envolve orçamento depende de estudos de forma responsável, pois, do contrário, o Município se coloca numa situação delicada perante à Lei de Responsabilidade Fiscal. Comenta que a realização de concurso é algo que está bem avançado, sendo importante que os DT's se atentem a isso para que possam ter o mesmo tratamento dos servidores efetivos. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Frisa que recomendação de Tribunal de Contas não significa que precisa ser cumprida. Menciona que gostaria que um representante do sindicato da categoria se manifestasse sobre esse assunto. / **Marissol Silva Dalrio:** — Salienta que não fez nenhuma pergunta às secretárias porque, na semana passada, já conversaram sobre vários assuntos, inclusive o do piso. Esclarece que não jogou isso nos grupos pelo fato de as secretárias terem agendado essa conversa na Câmara para falar sobre todo o problema envolvendo a classe de professores. Enfatiza que também quer que os professores recebam 3 mil e 800 reais e que o valor do tíquete aumente. Deixa claro que está lutando pelos servidores nesses oito meses em que assumiu a presidência do Sindimunicipal, período em que já teve cinco ou seis reuniões com as Secretárias Lorena e Cristina Lens. Lembra que o Jonathan era afoito, mas ela é calma e está buscando as soluções. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Salienta que, ontem, havia uma incógnita se o sindicato tinha sido convidado ou não para uma reunião, no palácio do governo, dos vereadores com o secretário. Pergunta se o sindicato foi convidado. / **Marissol Silva Dalrio:** — Responde que não. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que é importante que o sindicato participe diretamente dessas conversas. Deseja à Marissol sucesso no sindicato e que consiga unir a classe. Pede-lhe que use a tribuna da Câmara não só neste momento em que o Governo Federal jogou esse reajuste ao vento. Registra que, se o Governo Federal estivesse capitaneando isso com responsabilidade, enviaria recursos para que fossem pagos os 33% aos professores. Fala sobre a importância de haver uma parceria do sindicato com a Câmara. Frisa que os vereadores ficarão sempre ao lado da verdade e de quem precisa, que é a população. / **Marissol Silva Dalrio:** — Agradece ao vereador pelas palavras e diz que vai procurar a Câmara sempre que precisar. / **Lorena Vasques Silveira:** — Comunica que não convidaram o sindicato para a reunião realizada ontem, porque, na quinta-feira passada, já tiveram uma conversa, ocasião em que foi explicado tudo o que foi dito aos vereadores. Destaca que são momentos diferentes, pois o sindicato também tinha algumas pautas a serem tratadas relacionadas aos servidores, dentre elas, o piso do magistério; por essa razão, preferiram não conflitar as agendas. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Confirma que na reunião de ontem foram passadas algumas informações aos vereadores; por isso, hoje, não tem perguntas a fazer. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Deixa claro que estará ao lado dos professores. / **Brás Zagotto:** — Informa que vai solicitar, em nome da Mesa Diretora, que um conselheiro do Tribunal de Contas venha à Câmara para conversar sobre isso com os vereadores, os servidores e o pessoal do governo. Fala do seu desejo de que esse aumento seja dado aos professores, pois sabe das dificuldades que eles enfrentam no trabalho. Diz acreditar que o Governo Federal ainda vai rever essa legislação e enviar recurso para que esse aumento seja colocado em prática em todo o Brasil. Salienta que o Governo Federal, se quis fazer política sem mostrar de onde sairia o dinheiro, está dando um tiro no próprio pé, considerando que, daqui a pouco, haverá eleição para presidente da República. Comenta que gostou muito da reunião de ontem, pois defende todos os servidores. Coloca-se à disposição das secretárias. / **Ely Escarpini:** — Agradece às secretárias pela presença e pela explicação, a qual ficou aberta, através das redes sociais, para que todos tenham acesso. Diz que os vereadores ficaram satisfeitos com as respostas,



embora não fosse isso que gostariam de ter ouvido. Concorde que, se o Governo Federal publicasse a portaria e também enviasse o recurso para os Municípios, não haveria dificuldade nenhuma para pagar os professores. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que, a seu ver, algumas decisões acabam ficando maiores do que simplesmente aquilo que a lei obriga ou desobriga, sendo mais uma vontade política. Ressalta que o orçamento da Secretaria de Educação é de pouco mais de 186 milhões de reais e que há uma portaria do Governo Federal autorizando o Município a dar um reajuste de 33% aos professores, mas ela não obriga. Menciona que, de acordo com as explicações, não é possível o Município pagar esse reajuste, porque não há orçamento, muito embora ele ache que, de 186 milhões de reais, poderiam ser usados 20 milhões de reais para isso. Partindo do pressuposto de que não há previsão de que o Governo Federal repasse esse dinheiro, lembra que faz parte da Constituição o reajuste anual para que não haja perda inflacionária. Destaca que foi dito que o próprio Tribunal de Contas já recomendou que não seja dado nenhum tipo de aumento salarial devido ao limite que a Prefeitura de Cachoeiro está alcançando, que é de 53%, se não estiver enganado. / **Lorena Vasques Silveira:** — Diz que, atualmente, está em 45%. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Registra que o limite pode chegar a 54%; então, informa que ainda existe uma folga para pagar o pessoal. / **Lorena Vasques Silveira:** — Avisa que é de 51.3%. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Conta que, mesmo assim, ainda há uma folga de 6%. Menciona que a Câmara Municipal deu um reajuste de 6% aos servidores. Então, analisa que, em vez de a Prefeitura conceder um reajuste de 33%, que causaria um impacto de 20 milhões de reais, poderia dar 6% em forma de compensação das perdas inflacionárias, pois, assim, talvez, o impacto ficasse próximo a 4 milhões de reais, que é justamente o mesmo causado pela criação de noventa e sete cargos. Salienta que, quando as coisas apertam, é preciso cortar na carne para que seja possível valorizar o que realmente é essencial. Destaca que, numa crise econômica, o salário mínimo fica mais archoado; aí, os brasileiros cortam o cinema, o futebol e o lazer para poderem comprar comida e pagar contas de água e de energia. Enfatiza que, num momento de dificuldade, mesmo diante da importância daqueles cargos que foram criados, a Prefeitura deveria ter esperado um pouco mais. Pergunta quantos professores há na Prefeitura. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Responde que quase dois mil e quinhentos. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que esses professores poderiam ter sido agraciados com o reajuste. Menciona que uma das metas do Município é a valorização dos professores; então, indaga se não daria para cortar na própria carne para valorizar essa categoria. Avisa que ainda há tempo para repensar isso. Deixa claro que não está falando nem dos 33%, e sim de 6% de reajuste para a categoria. / **Lorena Vasques Silveira:** — Discorda do vereador, porque o impacto de 6% também foi calculado e, se isso fosse concedido aos professores, teria que ser também a todos os outros servidores da Prefeitura, pois eles merecem o reajuste salarial. Registra que, neste momento, isso não está sendo concedido, porque o impacto custaria 8 milhões de reais aos cofres públicos, ou seja, o dobro do referente à criação dos cargos. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta o que custaria 8 milhões de reais. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que o reajuste de 6%. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Indaga se seria o reajuste para os professores. / **Lorena Vasques Silveira:** — Diz que para todos os servidores da Prefeitura, que totalizam seis mil e quatrocentos, pois não poderia conceder o reajuste só para os professores. Repete que, se for concedido o reajuste, não poderá retroceder, enquanto que, com a criação de cargos, pode não nomear os servidores ou exonerá-los depois. Explica que, se a Prefeitura atingir o limite, os primeiros servidores a serem exonerados serão os ocupantes de cargos comissionados. Deixa claro que o impacto com a criação desses cargos, dividido pela quantidade de servidores, daria um reajuste de 0.025%. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta se, então, não há nenhuma possibilidade de reajuste. / **Lorena Vasques Silveira:** — Frisa que, neste momento, o cenário não permite isso. / **José Carlos**





**Corrêa Cardoso Júnior:** — Indaga se isso não é possível, mesmo com a perspectiva de cortar na própria carne. / **Lorena Vasques Silveira:** — Ressalta que poderiam revogar a lei dos cargos e conceder um reajuste de 0.025%. Pergunta se isso faria diferença para os servidores e ela mesma responde que certamente não. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Questiona se não há mais onde cortar gastos na Prefeitura. / **Lorena Vasques Silveira:** — Diz que isso pode ser analisado. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pede que seja analisada outra forma, porque, às vezes, não precisa ser só com relação aos cargos criados. / **Lorena Vasques Silveira:** — Informa que, se houvesse alguma saída, ela seria a primeira a levantar a bandeira de concessão de reajuste; portanto, se não está fazendo isso neste momento, é porque realmente não pode. / **Paulo Grola:** — Agradece às secretárias pela explicação. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Pergunta quantos DT's atuam como professores na rede municipal. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Responde que há mil duzentos e cinco contratos. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Solicita que, se possível, seja igualado o salário dos DT's com o dos efetivos, que recebem 3 mil 309 reais. Sugere que, como a Prefeitura não está podendo dar o reajuste, atendendo à portaria do presidente, seja ao menos igualado esses salários. / **Lorena Vasques Silveira:** — Repete que todos os servidores recebem o piso, que hoje é de 2 mil 886 reais. Registra que poderia fazer o estudo desse impacto e equiparar o salário dos servidores que recebem 2 mil 886 reais ao dos que ganham 3 mil 309 reais; porém, o parecer do Tribunal de Contas diz que a Prefeitura não tem margem para aumento salarial em 2022, seja para os DT's ou para os servidores efetivos. Deixa claro que estudos vão continuar sendo feitos, pois é interesse do Município pagar, desde que tenha condições para arcar com isso, dentro dos limites das Leis Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Comenta que não vê muita coerência quando se fala em Tribunal de Contas, já que esse órgão, lá atrás, disse que não poderia abaixar o valor do IPTU, mas, em seguida, fez isso. Lembra que, quando foram criados os noventa e sete cargos na Prefeitura, não houve avaliação quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, basta ver que essa contratação estrangulou o governo. Salienta que esse impacto causado na Prefeitura poderia ter ajudado a dar o reajuste salarial aos professores. Registra que a população reclama do governo de Victor Coelho, porque ele não está planejando as coisas de acordo com o que o Município tem de orçamento. Conta que, segundo a secretária, não é possível equiparar o salário dos DT's ao dos servidores efetivos, que é de 3 mil 309 reais; porém, lembra que a Prefeitura vai gastar um monte de dinheiro com os noventa e sete cargos criados, os quais não eram necessários neste momento. Diz-se triste com isso e também por ver quatro contêineres funcionando como escola, sem janelas e só com um aparelho de ar condicionado. Comenta que nem presos ficam mais em contêineres. Destaca que, enquanto isso, o governo faz um projeto e nomeia noventa e sete pessoas. Sugere que demitam esse povo e usem o dinheiro para pagar os professores, que são os maiores prejudicados no momento. Frisa que, a seu ver, o Tribunal de Contas não fala a língua da Prefeitura de Cachoeiro, pois, se falasse, não teria reduzido o valor do IPTU. / **Lorena Vasques Silveira:** — Mesmo o IPTU não tendo qualquer relação com a pauta de hoje, esclarece que o Tribunal de Contas determinou que fosse realizado o cadastramento dos imóveis e, em cima do valor, o Município concedeu um desconto de 90% para que o impacto não fosse repassado aos cidadãos cachoeirenses. Discorda da fala do vereador de que não foi feito um estudo perante à Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à criação dos cargos. Enfatiza que os gestores são responsáveis por todos os atos praticados; portanto, informa que foram feitos diversos estudos de impacto e análise para saber se o Município tinha condições orçamentárias para suportar a despesa com a criação desses cargos. Destaca que nenhum dos cargos criados foi direcionado à Secretaria de Educação, que paga os servidores com recursos do FUNDEB. Com respeito ao vereador, discorda da fala dele em todas as questões apresentadas. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Frisa que continua achando que não era o momento de criar cargos



com altos salários e fazer outras coisas na Prefeitura, pois quem está pagando por isso são os funcionários que recebem pouco. Diz que já esperava por isso. / **Lorena Vasques Silveira:** — Registra que fez uma conta grosseira, de forma bem rápida, e viu que, se fizesse a equiparação de 2 mil 886 reais para 3 mil 309 reais, daria um impacto anual de aproximadamente 7 milhões de reais, o que excede consideravelmente até o impacto apresentado com a criação dos cargos. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Ressalta que, no que se refere aos contêineres, aquela escola foi municipalizada há um ano. Conta que ela era do Estado e, agora, está em processo de ser reformada e ampliada. Menciona que desalojar os contêineres faria com que algumas crianças ficassem fora da escola. Informa que os contêineres foram climatizados, inclusive convida os vereadores a conhecerem aquele que não é o melhor espaço para os estudantes, mas também não é nenhum que os deixe em desconforto ou apresente algum tipo de risco para a saúde deles. Frisa que não é possível em um ano fazer projeto e licitar, até porque já havia outras escolas projetadas e licitadas, como a que foi entregue no Bairro Aquidaban. Comenta que atendiam a cento e onze crianças e, agora, atendem a quinhentos estudantes de educação infantil e pré-escola. Acrescenta que, nesta gestão, foram reformadas mais de quarenta e três escolas. Comunica que a Escola Elizeu Lôfego está na planilha de reforma, assim como a do Rotary, que também são contêineres climatizados e foram municipalizadas. Enfatiza que não estão agindo de forma inconsequente ao colocar os estudantes naqueles contêineres, até porque, há muitos anos, os alunos do ensino fundamental usavam aquele espaço. Repete que entende que aquele não é o espaço adequado e, por isso, a escola está no projeto de reforma e ampliação. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Pergunta o que a secretária fala sobre os cuidadores, que terão que se dividir em dez para atender um pouco aqui e ali. Indaga como ficará a situação dos cuidadores das crianças. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Apesar de isso não ser pauta da discussão de hoje, esclarece que em nenhum momento foi dito que seria um cuidador para atender a dez crianças. Frisa que isso não está escrito em lugar nenhum. Registra que há uma equipe de educação especial e uma comissão para avaliar, a partir dos laudos, a necessidade de cuidadores para determinados estudantes. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Deixa claro que não falou em dez, e sim alguns. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Diz que ouviu o vereador citar dez e pede desculpas. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Repete que disse que os cuidadores vão ter que se dividir em vários para atender algumas crianças. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Salienta que de fato nem todo estudante precisa de um cuidador. Repete que há uma comissão que, com o laudo médico, avalia a necessidade se o aluno precisa de um cuidador só para ele. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Agradece às secretárias. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Diz que fica até chateado por ver como é difícil valorizar o professor, o agente de saúde ou o de combate a endemias, quando se refere a aumento de salário. Ressalta que é muito diferente de quando se cria cargos, como os aprovados na Câmara, num piscar de olhos ou estalar de dedos. Acrescenta que também é muito diferente quando se aprova salário de vereadores, prefeito, secretários, governadores, presidente da República, senadores e deputados, visto que é mais fácil atender a um político do que a um servidor. Salienta que não vê uma movimentação política em favor dos servidores em níveis federal, estadual e municipal, e sim uma jogada política para se auto beneficiar. Comenta que deveria ser uma obrigação dar reajuste aos servidores todo ano, pois recebem abaixo do que os políticos são favorecidos, quando votam o aumento dos próprios salários. Agradece às secretárias pelas explicações. / **Lorena Vasques Silveira:** — Frisa que, se a alteração legislativa dependesse da administração municipal, certamente seria feita de forma rápida para que os professores recebessem o reajuste, pois há interesse em conceder esse benefício salarial a todos os servidores da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim; porém, destaca que, infelizmente, a competência de legislar sobre essa matéria é do Governo Federal. Diz esperar que o Governo Federal se posicione acerca desse assunto. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece às secretárias pela



presença, atendendo a um pedido da Comissão de Educação da Câmara. Diz que a Casa continua à disposição para qualquer outro tipo de informação. Concorde que os professores merecem esse reajuste, porque a luta deles é grande, assim como a de todos os servidores. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Solicita que seja registrado em ata que, segundo o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal por parte dos Municípios é de 60%, sendo 54% do Poder Executivo e 6% do Legislativo; então, frisa que não estava doido quando falou em 54%. / *Continua o Pequeno Expediente:* / **Rodrigo Sandi:** — Agradece à Isabel Basílio e à Maria por terem vindo à Câmara prestigiar a sua posse como vereador. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Agradece a Deus por ter saído da UTI, onde ficou internado por quatro dias, dos dezesseis que ficou no hospital. Comenta que é 40, mas não está fazendo campanha para o Casagrande, porque ainda não é hora disso. Lembra que, durante a pandemia, algumas pessoas disseram que seria difícil pedir voto para o Casagrande. Entretanto, diz que, no dia 25, viu muitos vereadores com o governador, o qual assinou um pacote de obras para Cachoeiro; aí, pensou que não teria que pedir voto sozinho para o Casagrande. Menciona que não sabe se alguém viu a assinatura da obra de drenagem do Bairro Nova Brasília. Registra que ouviu o comentário de que o Casagrande falou sobre um recurso para o asfalto de Moledo; então, menciona que, se isso não for fake news, precisam falar com ele, inclusive o seu telefone está à disposição do partido. Dirigindo-se aos moradores de Moledo, informa que ele não é um vereador demagogo e que há para aquela região obra de pavimentação, sendo que o dinheiro para isso é municipal; portanto, não tem nada a ver com o Governador Casagrande. Deixa claro que o Prefeito Victor Coelho vai fazer aquela obra. Ressalta que, como vereador, tem que informar sobre as obras que vão para a sua comunidade. Comenta que todos os vereadores têm um sonho, mas devem respeitar também o sonho dos outros. Registra que, a seu ver, a imprensa do Casagrande falou fake news. Salienta que a obra de Moledo não tem data para sair nem pode dizer que o Governador Casagrande destinou recurso para isso, embora todo mundo fique batendo na tecla de que vão para lá asfalto, revsol e paralelepípedos, mas afirma que não vai nada. Deixa registrado esse seu desabafo. Enfatiza que não está fazendo campanha para o Casagrande, apenas uma comparação. Frisa que esse é um desgaste desnecessário. Segue falando sobre uma indicação que fez, solicitando limpeza e capina em Valão de Areia, onde nunca passou uma enxada de servidor público. Conta que o carro da Empresa Corpus ficou dezoito dias em Itaoca, sendo que pediu um serviço, mas não foi atendido. Diz que respeita a todos os vereadores e pede que o respeitem também. Registra que não assumiu compromisso nem prometeu nada a ninguém; por isso, está com a consciência tranquila. Salienta que nunca negou que apoia o governo, inclusive avisa que, se estivesse presente na Câmara quando da votação do projeto de cargos, teria votado a favor. Ressalta que as comunidades de Moledo, Valão de Areia, Córrego do Óleo e outras de Cachoeiro precisam ser respeitadas, assim como todos os vereadores. Salienta que as indicações, às vezes, valem; outras, não, depende de quem é o autor. Frisa que está se referindo a indicações de 2021, de quando assumiu o cargo de vereador, que são de papel, e não fakes news. Comenta que, se há indicações de 2018 e de 2019, ele não era vereador na época nem presidente de associação de moradores. Então, enfatiza que não tinha como apresentar indicação antes de 2021. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Convida as Dras. Larissa e Ludymilla para falarem sobre um projeto de lei que apresentou na Câmara. / **Larissa da Costa Almeida Rocha:** — Cumprimenta a todos e diz que esse projeto de lei fala sobre o atendimento prioritário de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento e abrigos. Ressalta que esse projeto é de extrema importância, porque, nessas instituições, vivem crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, sendo que muitos deles sofreram abusos sexuais, psicológicos e morais até mesmo por parte de seus familiares. Diz que é advogada atuante e também voluntária no Aprisco Rei Davi. / **Ludymilla Christine de Oliveira Paineiras:** — Após



os cumprimentos, registra que o Vereador Léo Camargo as atendeu com a maior alegria para ouvir sobre esse projeto. Informa que, no Brasil, há mais de trinta mil crianças em situação de acolhimento, tanto em casas de passagem quanto para adoção, as quais passaram por algum tipo de abuso. Pergunta como preservar a vida dessas crianças. Registra que nas casas de acolhimento de Cachoeiro há quase sessenta crianças e adolescentes. Então, salienta que o intuito desse trabalho é fazer com que as crianças possam voltar ao convívio da sociedade sem ter que passar por qualquer situação de constrangimento; para isso, conta com o apoio dos vereadores. / **Larissa da Costa Almeida Rocha:** — Destaca que esse projeto trata do atendimento prioritário em UPAS, postos de saúde e hospitais. Indaga por que precisam dessa prioridade. Cita, como exemplo, o caso de uma criança que precisou de atendimento no pronto-socorro e, lá, ela cruzou com seu abusador. Então, menciona que, se houvesse prioridade no atendimento, isso não teria acontecido. Fala sobre a importância desse projeto para que não haja nenhum tipo de contato com o abusador, não só do sexo masculino. Comenta que há crianças em casas de acolhimento que sofreram abuso até da parte da própria mãe. Assim, diz que é de extrema relevância a aprovação desse projeto de lei; por isso, conta com o voto dos vereadores. Agradece a todos pela oportunidade. / **Diogo Pereira Lube:** — Parabeniza o vereador pelo projeto. Pergunta se, ao citar abrigo e instituições de acolhimento, envolve também as que prestam serviço de ressocialização, como a APAC e o centro de triagem, que recebem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Indaga se esse projeto engloba apenas as crianças e adolescentes que estão em abrigo, como orfanatos, ou também as de outras instituições que envolvem ressocialização. / **Larissa da Costa Almeida Rocha:** — Diz acreditar que, se for para benefício dessas crianças que estão em processo de ressocialização, isso pode ser aplicado sim; porém, agora, não pode falar com propriedade sobre essas casas de ressocialização, porque é voluntária no Aprisco Rei Davi e também presta alguns serviços para outra instituição que abriga adolescentes. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Ressalta que foi entregue uma cópia desse projeto aos vereadores, o qual, a seu ver, é muito importante, pois trata de atendimento prioritário para essas crianças, já que deve ser desesperador para elas encontrar seu próprio abusador. Já agradece a todos que puderem votar a favor. Agradece também às Dras. Larissa e Ludymilla. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que, na semana passada, foi surpreendido com um vídeo mencionando que, no Bairro União, o prefeito tinha investido pesado contra o Vereador Ary Corrêa e que lá não faltava nada, já que havia posto médico, escola e ruas boas, ou seja, tudo maravilhosamente bem. Conta que o pessoal do jornal foi até lá e fez uma entrevista com o subsecretário de Interior, e não com os moradores. Lembra que o cara é funcionário da Prefeitura; por isso, vai dizer que está tudo bem. Frisa que está tudo mal nos Bairros União, Monte Belo e Baixo União, pois eles não estão sendo atendidos. Comenta que o Presidente Brás Zagotto já o acompanhou ao Bairro Monte Belo e viu a quantidade de buracos que havia lá, os quais permanecem até hoje, além do lixo, já que não há coleta. Portanto, deixa claro que essa foi uma grande mentira que o Prefeito Victor Coelho mandou fazer naquele bairro. Menciona que a comunidade desmentiu essa vergonha do prefeito, que quis mostrar à sociedade que está atendendo ao Bairro União. Diz que os vereadores podem ir agora aos Bairros Monte Belo e União que vão ver que há mais de dez caminhões de lixo jogados em um terreno baldio, o que já era para ter sido retirado. Ressalta que, há uns quinze dias, fizeram um serviço de capina lá, mas não tiraram o lixo, que ficou jogado num canto. Então, registra que as mentiras que o governo vem dizendo incomoda a população de tal maneira que ela “mete o pau” no prefeito e no vereador. Deixa claro que o vereador não é o culpado por isso, basta ver que faz as indicações; porém, o prefeito não o atende, prefere se fazer de morto para poder dizer que é bonzinho. Lembra que, ontem, estava com o Presidente Brás, quando chegou um cidadão que foi contratado pela Prefeitura; então, perguntou se ele comprava vereador, ao que respondeu que sim. Acrescenta que lhe perguntou quanto pagava



por cada vereador, e ele disse que comprava baratinho. Enfatiza que vereador não pode ter preço, e sim valores. Diz-se indignado, porque sabe que ofereceram cargos e serviços em ruas para alguns colegas vereadores. Registra que esse cidadão disse que só queria dezesseis vereadores, e não o Juninho, o Léo Camargo e o Ary Corrêa. Frisa que não o querem por causa da posição verdadeira que tem, não sendo puxa-saco de ninguém nem vivendo na barra da saia do prefeito. Comenta que, quando o prefeito se nega a fazer o serviço que lhe compete, já que foi eleito, está negligenciando a própria função. Salienta que o povo paga o prefeito para ele exercer a função dele com maestria; porém, o chefe do Poder Executivo não faz isso, porque acha que a Prefeitura é dele e de sua equipe. Menciona que a Prefeitura hoje tem dono, pois foi vendida, enquanto que o povo de Cachoeiro nem sabe que o dinheiro do rotativo vai para Curitiba, quando teria que ficar no Município para atender o Hospital Infantil. Considera isso uma vergonha, pois tiraram recurso da saúde das crianças de Cachoeiro e mandaram para Curitiba. Frisa que esse é outro ponto que a Prefeitura está pecando, para o qual muitos cachoeirenses fazem vista grossa. Destaca que este governo vive envergonhando os vereadores nas redes sociais, fazendo obras faraônicas, que deveriam ser construídas em um lugar, mas são em outro. Acrescenta que o governo contrata empresas que não têm acervo técnico para fazer obras. Diz que tem os documentos e pode provar isso. Salienta que Cachoeiro tem um verdadeiro desgoverno, porque criaram noventa e sete cargos na Prefeitura, mas não podem dar aumento salarial aos professores. Informa que a maioria desses cargos tem salário acima de 3 mil reais, enquanto um professor recebe 2 mil e poucos reais, o que classifica como covardia. Registra que Deus é testemunha de que está tentando fazer as coisas, mas a Prefeitura de Cachoeiro tem dono. / **Alexandre Andreza Macedo (Tempo cedido pelo Vereador Ely Escarpini):** — Fala da sua felicidade pela volta do amigo Rodrigo Sandi à Câmara, o qual respeita e admira muito. Diz que o Vereador Delandi, que está ocupando uma secretaria, vai representar muito bem a Câmara e fazer um ótimo trabalho. / **Aparteando Rodrigo Sandi:** — Agradece ao Vereador Alexandre e diz que a amizade é recíproca, inclusive o colega nunca mudou o tratamento, mesmo ele, Rodrigo, não tendo mandato. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Relata que, em Itaoca, há muita poeira e o distrito não pode ficar sem o caminhão pipa. Conta que fez um acordo com a Secretaria de Agricultura para que um carro-pipa ficasse em Itaoca. Entretanto, comenta que, em janeiro deste ano, esse caminhão foi retirado e o distrito ficou três meses sem o veículo. Então, diz que conversou com o João e o Vander Maciel e ficou acordado que uma equipe da Empresa Corpus atenderia a comunidade de Itaoca por dez dias. Explica que isso foi feito sem a necessidade de um documento, e sim através de um entendimento. Registra que é 40 e não está fazendo campanha. Menciona que está na Câmara há muito tempo e que o empréstimo de 85 milhões de reais foi uma luta da Casa. Frisa que respeita quem chegou à Câmara agora, mas seus pedidos são antigos e passaram por vários secretários da Prefeitura. Assim, informa que foi feito o projeto para a aplicação da massa asfáltica da Mineração Nemer até a comunidade de Alto Moledo, com recursos advindos do empréstimo de 85 milhões de reais. Lembra que, com as chuvas de janeiro do ano passado, o asfalto antigo da estrada que liga o cemitério à Mineração Nemer foi danificado; então, aquele trecho precisa de um recapeamento, e não de tapa-buracos, e o secretário disse que a verba para essa obra deve ser do Governo do Estado, que é do 40, do Renato Casagrande. Esclarece que não houve fake news, pois a massa asfáltica para a estrada que liga o cemitério à Nemer será feita com recursos do Governo do Estado; porém, a realização da drenagem e do recapeamento da estrada da Mineração Nemer a Alto Moledo será com recursos do empréstimo de 85 milhões de reais, aprovado na Câmara. Agradece ao Darlan, da Empresa Vitória Luz, que está iniciando o serviço de troca de lâmpadas e extensão de rede nas comunidades de São Vicente, Cantagalo e Monte Verde. Comunica que as obras na estrada de Valão de Areia estão indo bem e, amanhã, deverá ser aplicado o revsol. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Registra que tem



cobrado da Prefeitura que seja feita a sinalização próxima às escolas na região do IBC. Então, agradece ao Prefeito Victor Coelho, ao Vice-Prefeito Ruy Guedes e ao Secretário Alex da Vitória, pois está programada para, em quinze dias, ser feita a pintura de faixa e a colocação de placas e de quebra-molas na Avenida Domingos Alcino Dadalto, no Bairro IBC, que foi recapeada recentemente. Conta que a gestora da Escola Reverendo Jader, a Júlia, lhe pediu que fosse feita a sinalização no local o mais rápido possível, já que, há duas semanas, uma criança foi atropelada em frente ao colégio e também ocorreram outros acidentes lá. Comenta que ele, o vice-prefeito e o secretário estiveram na referida escola, e a gestora lhes passou os procedimentos que deveriam ser estudados para a sinalização próxima ao colégio. Acrescenta que toda a Linha Vermelha será sinalizada, o que considera importante, pois, assim, os alunos da Escola Agostinho Simonato também terão maior segurança. Menciona que a região do IBC tem cinco escolas, e a sinalização das ruas vai dar mais segurança às crianças. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Dá as boas-vindas ao Vereador Rodrigo Sandi, do Podemos, à Câmara. Comenta que, assim como o Vereador Paulinho, também tem brigado para que seja feita a sinalização, especialmente a faixa de pedestres, na Linha Vermelha, próximo ao antigo Paulinho Lanches, onde atravessam alunos da creche e da Escola São Francisco de Assis. Conta que o Secretário Alex da Vitória disse que já foi iniciada a divisão da pista e que o restante da sinalização está bem encaminhada. / **Aparteando Paulo Sérgio de Almeida:** — Registra que o Secretário Alex da Vitória e o Coronel Guedes disseram que, a pedido do Vereador Allan e de outros colegas, serão instaladas faixas multiusos na extensão da Linha Vermelha. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Salienta que se reuniu com o pessoal da Prefeitura e com moradores, empresários e comerciantes dos Bairros Parque Laranjeiras e São Francisco de Assis que solicitaram que o retorno seja feito onde era, próximo ao posto de gasolina, já que, mesmo com a placa proibindo, os motoristas estão retornando lá. Então, diz que provou para a administração que o retorno deve ocorrer de imediato naquele local, o qual ficará pronto em quinze dias. Menciona que há um terreno vazio ao lado do posto de combustíveis e existe outro projeto para ser feito um retorno lá, o que será um pouco mais demorado. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Comenta que os comerciantes da região estão cobrando do colega Allan o retorno para os carros, o qual está correndo atrás para que isso seja feito. Pergunta como será feito esse retorno. Indaga ainda se o muro que foi construído lá será quebrado. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Informa que há três projetos para ser feito um retorno no local, sendo que o que dará uma resposta mais imediata à população é o que vai levar quinze dias para ser colocado em prática. Explica que outro projeto visa a retirada de parte do muro feito na via em frente à Igreja São Francisco para aumentar a rotatória, além da colocação de um redutor de velocidade. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Diz que fez essa pergunta ao colega Allan, porque ele é morador do local e sabe do grande fluxo de carros que trafegam naquele trecho. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Deixa claro que houve estudos antes da confecção dos três projetos, que estão de acordo com o Código de Trânsito. Espera que a obra do retorno fique pronta o mais rápido possível. / **Rodrigo Sandi (Tempo cedido pelo Vereador Paulo Grola):** — Lembra que, em seu mandato anterior, conseguiu uma emenda de 1 milhão e 45 mil reais junto à Deputada Federal Norma Ayub para a construção da maior unidade de saúde do Sul do Estado, que ficará no Bairro Zumbi. Menciona que, hoje, essa obra está orçada em mais de 3 milhões de reais e a Prefeitura fará uma contrapartida. Parabeniza o Vereador Ely Escarpini pela humildade, pois, há pouco mais de um mês, fez um vídeo no qual disse que aquela obra era um pedido do ex-vereador Rodrigo Sandi. Registra que os vereadores do Bairro Zumbi sempre trabalharam em parceria em prol da comunidade. Comenta que essa atitude do colega deve servir de exemplo para a Câmara. Analisa que nenhum vereador precisa passar por cima de outro colega para conseguir benfeitorias para sua região. Acredita que todos devem se respeitar e serem parceiros, pois a comunidade é que vai sair ganhando com isso.



Afirma que os vereadores devem usar a tribuna e o mandato para melhorar a vida das pessoas, pois foram eleitos para isso. Diz que está feliz por ter voltado à Câmara e vai lutar em prol de melhorias para a população. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Agradece ao Vereador Rodrigo pelas palavras. Comenta que a obra pedida pelo colega já foi iniciada. Conta que conseguiu junto ao Deputado Alexandre Quintino e à Vice-Governadora Jacqueline uma verba, no valor de 1 milhão e 911 mil reais, para ser feito um muro na Rua Baixo Guandu, via de acesso à nova unidade de saúde do Bairro Zumbi. Reflete que, dessa forma, cada vereador fez a sua parte para ajudar a comunidade. / **Rodrigo Sandi:** — Repete que os vereadores devem ser parceiros e usar seus mandatos para buscar emendas estaduais e federais para a realização de obras, já que são pontes entre o Poder Executivo e o povo. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Osmar Francisco:** — Informa que recebeu a ligação de uma pessoa que disse que está muito satisfeita com o atendimento prestado no posto de saúde do Bairro Zumbi. Lembra que só havia um médico naquele posto, mas conseguiu que mais dois fossem atuar lá. Avisa que vai ceder seu tempo para a ex-vereadora e ex-deputada Cláudia Lemos usar a tribuna. Conta que ela se filiou ao partido do Vereador Alexandre Maitan. / **Cláudia Mileipe Festa Lemos:** — Cumprimenta a todos e parabeniza os Vereadores Paulo Grola, pelo aniversário, e Rodrigo Sandi, pelo retorno à Câmara. Elogia a Câmara pelos debates acerca das demandas das comunidades. Concorde com o colega Rodrigo de que é importante haver união na Câmara, pois isso fortalece os pedidos dos vereadores, cujo objetivo é tentar resolver os problemas estruturais sérios existentes em Cachoeiro, o que demanda uma presença forte do Executivo no implemento de serviços e dos Poderes Legislativos Estadual e Federal para que os recursos cheguem ao Município. Salieta que Cachoeiro de Itapemirim é protagonista para o desenvolvimento do Sul do Estado, pois é no Município que acontecem as grandes decisões, por exemplo, da área de saúde. Inclusive comenta que, hoje, será cedido espaço ao Marcos, que falará sobre o seu problema de saúde. Deixa claro que a união é importante para buscar soluções para os problemas da população. Fala sobre a explanação feita pela Secretária de Educação, a Cristina Lens, a respeito da dificuldade quanto ao salário dos professores. Enfatiza que a função dos vereadores é exercer representatividade no Município. Agradece ao Vereador Chupeta pela honra de ter recebido a Comenda Dra. Ancila Zanol. Lembra que, quando ingressou na vida pública, a Dra. Ancila era a delegada de Cachoeiro, a qual participou ativamente da implantação da Delegacia da Mulher no Município. Relata que, enquanto vereadora, lutou para que a Casa Abrigo de Cachoeiro não fosse fechada; porém, com a sua saída da Câmara e a eleição de um novo prefeito, infelizmente, aquela casa fechou. Menciona que a União Cachoeirense de Mulheres sempre lutou para que a mulher que sofre violência física, psicológica, patriarcal, financeira e patrimonial fosse amparada. Registra que a Câmara sempre foi atuante e contribuiu para mudar a realidade das mulheres em Cachoeiro. Agradece aos vereadores e diz que está muito orgulhosa de ter feito parte da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que continua muito bem representada. / **Osmar Francisco:** — Pede a Deus que ilumine os caminhos da Cláudia Lemos para que ela possa se tornar uma representante de Cachoeiro no Congresso Nacional. Agradece ao Adail, que está presente, por ter lhe ensinado o seu slogan: “Com Chupeta nem criança chora.” / **Cláudia Mileipe Festa Lemos:** — Diz que o colega Chupeta já citou o partido ao qual ela vai se filiar e, se tudo correr bem, voltará a ser companheira do Vereador Alexandre Maitan. / **Osmar Francisco:** — Ressalta que tem grande carinho pelo Sr. Lauro Lemos, o qual considera um irmão, pai e padrinho. Frisa que o Sr. Lauro o conquistou com suas palavras firmes, pois, se podia fazer algo, fazia; caso contrário, não enrolava ninguém. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que a Comissão de Educação fez um convite às Secretárias Cristina Lens e Lorena para que pudessem se posicionar a respeito do piso salarial dos professores. Frisa que a luta do professor não é fácil, pois é preciso passar por

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



cima de injustiças históricas. Reflete que a educação sempre foi um projeto para que não desse certo, como dizia Darcy Ribeiro. Salienta que, no Brasil, há uma desvalorização muito grande da classe dos professores, exceto nos Estados do Maranhão e do Ceará, onde o salário da categoria está muito acima do piso nacional. Ressalta que um problema sério em Cachoeiro é que muitos professores são contratados e também falta concurso público. Enfatiza que é urgente a realização de um concurso para a área de educação em Cachoeiro, já que o último foi em 2007 ou 2008. Registra que são cerca de mil e trezentos professores contratados, os quais não são regidos pela mesma lei dos efetivos, o que faz com que as injustiças aumentem ainda mais. Menciona que as secretárias disseram que, por conta da não obrigatoriedade da lei e por não haver segurança jurídica, o piso salarial proposto em uma jogada política do presidente da República, sem a criação de uma lei ou medida provisória, não pode ser pago aos professores. Deixa claro que o salário dos professores é injusto. Como representante da categoria, afirma vai continuar brigando e exigindo que seja pago o piso nacional à classe e também que ela seja valorizada, pois todos os profissionais passam pelas mãos de um professor. Informa que o Presidente Brás pediu que um técnico do Tribunal de Contas especifique a legalidade ou não de tudo o que está acontecendo no País, a fim de tentar revelar o que está velado. Diz que os professores devem continuar lutando para que possam superar o luto. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Comunica que a ASCAMES vai ter uma reunião com o Rodrigo Coelho, quinta-feira, às 13:00 horas, da qual não vai participar devido a um compromisso no Ministério Público. Então, diz que vai pedir ao Presidente da ASCAMES, o Vaguinho, para cobrar uma resposta do Rodrigo Coelho ao documento da Câmara de Cachoeiro de Itapemirim. / **Diogo Pereira Lube:** — Declara que gostaria que a Câmara pudesse fazer um projeto ou indicação para que não só os professores, mas todos os servidores municipais de Cachoeiro, recebessem muito mais. Analisa que não dá para fazer hipocrisia e jogar para a galera, não buscando de forma prática a resolução do problema. Informa que, hoje, os remédios tiveram um aumento de 11% e que no Brasil a cada dia a população paga mais tributos. Comenta que alguns jogam a culpa disso em governos passados, no STF e até na guerra da Ucrânia, menos na atual gestão. Chama a atenção para o fato de que, este ano, haverá eleição, mas muitos jovens, entre dezesseis e dezoito anos, estão decepcionados com a política e não querem fazer o Título de Eleitor; porém, esses jovens precisam votar para que a situação do Brasil melhore. Avisa que o período para fazer esse documento se encerra no início de maio. Segue ratificando a cobrança feita pelo Vereador Paulinho a respeito da falta de faixas de pedestres próximas às escolas públicas e privadas, o gera insegurança para os alunos. Inclusive diz que pediu ao Secretário Alex da Vitória que fosse feito um estudo técnico para a implantação de lombadas em frente à Escola Guimarães Rosa e à Faculdade Multivix, mas até agora não lhe foi passada nenhuma resposta. Frisa que é preciso resolver o problema da falta de sinalização em Cachoeiro. Enfatiza que busca harmonia entre os Poderes, mas os vereadores não estão satisfeitos com a administração municipal. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Comenta que a falta de sinalização preocupa muito. Inclusive relata que a faixa de pedestres próxima à Escola Professor David Lóss, no Bairro Coramara, está apagada e ainda há o problema de os alunos terem que atravessar o córrego. Acrescenta que os carros passam correndo na rua daquela escola, porque não há uma lombada, o que, a seu ver, poderia evitar um acidente grave. / **Diogo Pereira Lube:** — Como professor de história, registra o seu repúdio ao ato que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no dia 31/03, ocasião em que foi comemorado o Golpe Militar de 1964, época em que pessoas foram torturadas e mortas. Menciona que é preciso conscientizar a população de que essa história não deve ser trazida à tona. Salienta que a democracia permite que haja discordância de pontos de vista, sem ameaça de morte. Ressalta que não concorda com o pensamento de vários vereadores, mas os colegas são cidadãos que merecem respeito. Afirma que os vereadores não





devem ser desrespeitados com memes, ameaças nem violência. Repudia qualquer tipo de homenagem à violência ou a período da história do Brasil que passou por cima da democracia. Comenta que não há como fazer revisão histórica e dizer que aquele evento não foi um golpe, pois foram vinte e um anos de tortura e desrespeito aos direitos humanos. Conta que homens, mulheres e até crianças foram torturados. Relata que, esta semana, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro fez uma piadinha, dizendo que tinha pena da cobra que ficou com a Jornalista Miriam Leitão no seu local de tortura. Registra que essa jornalista, aos dezenove anos e grávida, foi presa em Vitória, no Espírito Santo, torturada e colocada em uma cela com uma serpente. Enfatiza que ditadura nunca mais e viva a democracia e o direito de todos representarem seus pontos de vista, ideias e bandeiras, sem o cerceamento de opinião. Avalia que a ditadura é muito pior do que a democracia vivida no Brasil. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Comenta que, às vezes, fala sobre demagogia, mas, da Câmara para fora, os vereadores são cidadãos. Parabeniza o Secretário Delandi Macedo, mas diz que está sendo demagogo. Registra que ocorreu uma reunião em Itaoca, ocasião em que disse que só havia dois caminhos: ficar a favor ou contra. Declara que não participou de reuniões do outro grupo, porque foi fiel ao seu o tempo todo. Lembra que, no início do mandato, foi feita uma reunião entre os vereadores e ficou decidido que o colega Brás Zagotto seria o presidente da Câmara, o que considera ter sido uma articulação política. Deixa claro que, se disser uma coisa, manterá a sua palavra até o fim. Desafia o vereador que declarou na tribuna que seria candidato, mesmo que o salário na Câmara fosse de 1 mil reais, visto que esse valor não dá nem para pagar o combustível para rodar pela cidade, já que no mês passado gastou 2 mil reais de gasolina. Salienta que é fácil dizer uma coisa na tribuna; lá fora, outra. Frisa que tem o direito de falar se alguém descumprir o que combinou com ele. Diz que não concorda com vereador que usa a tribuna com demagogia. Agradece aos irmãos das igrejas de Alto Moledo, Itaoca, Córrego do Ouro e Valão de Areia que oraram por ele no período difícil de recuperação devido a problemas de saúde. Segue dizendo que todos sabem que é do partido do Ciro Gomes, o 12. Enfatiza que é fiel no seu casamento, na política, na amizade e ao seu grupo. / **Diogo Pereira Lube (Secretário):** — Informa que o Vereador Rodrigo Sandi, a pedido do Diretor da Escola do Legislativo e ex-vereador Wallace Marvila, cedeu seu tempo para o Sensei Marcos. Registra que o Marcos vai falar sobre uma doença que pode acometer as crianças. / **Antônio Marcos Azevedo Rodrigues:** — Cumprimenta a todos e agradece a oportunidade de contar a sua história na Câmara. Diz que, há doze anos, tem uma doença chamada ceratocone e, por isso, não consegue distinguir direito a fisionomia das pessoas. Explica que o ceratocone causa o afunilamento da córnea e faz a pessoa perder a acuidade visual, sendo que o principal sintoma é a coceira nos olhos. Comenta que descobriu a doença quando tinha treze anos, após dificuldades nos estudos. Relata que faz acompanhamento com o Dr. Eduardo Abib e precisa de lentes de contato específicas de alto custo para prevenir e impedir a progressão da doença. Menciona que há um procedimento chamado implante do filtro estenopeico, feito em Belo Horizonte, que recupera até 98% da visão. Informa que o par de lentes de contato que ele necessita custa 4 mil e 200 reais e a durabilidade dela é de cerca de vinte e quatro meses. Registra que tem vinte e cinco anos, é casado, professor de judô e está fazendo o curso de educação física. Conta que a sua mãe está fazendo minipizzas para ajudar a comprar essa lente. Ressalta que já foi campeão brasileiro regional e três vezes consecutivas vice-campeão brasileiro geral de judô, inclusive foi homenageado na Câmara por isso. Diz que, com doze anos, trabalhou como camelô com sua mãe e aprendeu muito naquela época. Pede que seja feita uma maior conscientização sobre essa doença para que possa ser identificada ainda na pré-adolescência, para que, assim, o tratamento seja iniciado o quanto antes. Salienta que, quando a doença é descoberta no estágio inicial, existe um procedimento chamando cross link, que é uma cirurgia a laser que endurece a córnea e não permite que o afunilamento progrida. Lembra que, há algum tempo, tinha um aluno



de judô de onze anos de idade que coçava muito os olhos; então, conversou com a mãe dele, que o encaminhou ao oftalmologista, sendo descoberto que aquela criança tinha ceratocone. Ressalta que essa criança conseguiu fazer o cross link pelo SUS e, hoje, tem a visão normal, usando apenas óculos. Solicita aos vereadores e às demais pessoas presentes que o ajudem a conseguir as lentes de contato. Agradece ao Vereador Rodrigo Sandi pelo tempo cedido e aos demais membros da Câmara. Também agradece ao Professor Wallace Marvila que o abraçou e o está ajudando nessa caminhada. / **Rodrigo Sandi:** — Parabeniza o ex-vereador Wallace Marvila por trazer o tema saúde visual para a Câmara. Diz que vai se reunir com o Professor Wallace e buscar um caminho para tentar ajudar o Marcos e crianças que tenham essa doença. Lembra que, na legislatura passada, foi aprovado um projeto de sua autoria que inseria o optometrista nas escolas de Cachoeiro, profissional que poderia descobrir essa doença visual na pré-adolescência. Comenta que, se existisse esse profissional nas escolas, talvez, o Marcos não precisasse vir à Câmara falar sobre o seu problema. Pede a Deus que abençoe o Marcos e os vereadores para que possam encontrar um caminho. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Com relação ao projeto citado pelo Vereador Rodrigo Sandi, diz que vai fazer uma indicação para que o Poder Executivo disponibilize curso de capacitação nas escolas para que os professores possam detectar possíveis casos de ceratocone entre os alunos, já que um dos sintomas dessa doença é a coceira nos olhos, além de problemas, como astigmatismo, miopia, hipermetropia e outros. Parabeniza o Marcos que vive esse problema e também está preocupado com outras pessoas. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Pergunta se o projeto citado pelo Vereador Rodrigo foi sancionado. Como o projeto já foi sancionado, diz que seria importante conversar com um representante do Executivo para que o mesmo seja colocado em prática o mais rápido possível. / **Rodrigo Sandi:** — Agradece aos vereadores pelos apartes. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Ressalta que, como líder do Executivo, vai falar sobre a contenção que está sendo feita no Bairro Amarelo, obra questionada pelo Vereador Ary. Comenta que pediu informações à Prefeitura sobre essa obra para poder repassá-las ao colega. Conta que aquela obra foi elaborada com laudos das Defesas Cíveis do Município e do Estado. Acrescenta que a equipe da Secretaria de Obras fez o mapeamento de todo o local onde havia risco de deslizamento de terra, o qual foi revisado pelas Defesas Cíveis, sendo escolhido o tipo de material a ser aplicado em cada encosta, que pode ser: manta, geocomposto ou muro de arrimo. Salienta que, como toda obra da administração pública, ocorreu um processo licitatório e a empresa que saiu vencedora tem acervo técnico. Lembra que todos os vereadores que tiverem dúvidas a respeito de assuntos relacionados à Prefeitura podem fazer pedidos de informação. Inclusive diz que sempre buscará informações junto ao governo para sanar as dúvidas dos colegas. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Salienta que seus questionamentos foram fundamentados em cima da fala e de documentos apresentados por um engenheiro do CREA que esteve na sessão anterior. Comenta que o engenheiro disse que a empresa que ganhou a licitação passou a obra para outra e a que está fazendo o serviço não tem acervo técnico. Conta que, hoje, esse engenheiro esteve na Câmara e conversou com o Vereador Ely. Relata que, como está fazendo denúncias sobre irregularidades na Prefeitura, não poderia deixar de acreditar em um engenheiro do CREA. Frisa que o engenheiro lhe entregou documentos que provam o que ele falou. Inclusive diz que, depois, os documentos do engenheiro poderão ser confrontados com os do Vereador Allan. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Deixa claro que o Vereador Ary tem todo o direito de fazer isso. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que os vereadores da base do governo podem confrontar esses documentos e, talvez, provar que ele, Ary, está errado. Frisa que isso é competência do líder do governo, o qual parabeniza pelo trabalho que está fazendo. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Repete que o Vereador Ary e os demais colegas têm todo o direito de fazer pedido de informação sobre o assunto. Menciona que o engenheiro esteve na Câmara e disse que



estava errado, mas não provou nada. Relata que a informações que recebeu lhe foram passadas pelos engenheiros da Prefeitura. Conta que tomou conhecimento de que o engenheiro que esteve na Câmara tem uma empresa que faz o serviço em encostas e pode ter concorrido à licitação, não ficando satisfeito com o resultado do certame. Segue dizendo que, em sua opinião, a obra que foi feita na praça ficou muito boa, inclusive agregou mais quatro vagas de estacionamento para carros e melhorou o fluxo dos ônibus. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Lembra que, no início do governo de Victor Coelho, foi feito um teste no trânsito em que os carros que seguiam da praça para a Catedral teriam que fazer o retorno mais para frente de onde é feito hoje; então, a obra que está sendo executada na praça é fruto desse teste. Comenta que as pessoas estão dizendo que a Prefeitura vai gastar 1 milhão e 500 mil reais nessa obra, mas, na verdade, ainda vão ser feitos outros serviços desde a ponte municipal. Diz que fez um pedido de informação e lhe foi enviado um vídeo do projeto, o qual está divulgando, porque muitos não o conhecem e acabam “metendo o pau” na Prefeitura, já que há pessoas que acham que quanto pior melhor. Conta que, de acordo com o projeto, será feita uma ciclovia, a reforma do piso da Praça Jerônimo Monteiro, um calçadão no retorno próximo aos Correios e um contorno à direita para os carros que vêm da ponte rumo à Catedral. Então, frisa que o projeto é grande e vai revitalizar o centro da cidade. Analisa que faltou da parte da Prefeitura divulgação do projeto, pois as pessoas não sabem o que está acontecendo e acabam malhando. Acrescenta que há muitas pessoas dizendo que o projeto, no valor de 1 milhão e 500 mil reais, foi aprovado na Câmara. Deixa claro que tal projeto foi discutido em várias reuniões do Conselho de Agricultura, o qual liberou a verba para essa obra; então, isso não teve nada a ver com a Câmara Municipal. Informa que, até agora, foram gastos 183 mil reais nessa obra. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz que é preciso esperar o término da obra para ver se ela será boa para a maioria da população, já que a administração pública deve buscar o bem coletivo. Agradece ao Vereador Brás pelo aparte. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Agradece à equipe da Secretaria de Interior pelo belo serviço feito nas estradas de Gironda, Soturno e Bom Jardim. Pede ao Secretário Paulinho Miranda que não deixe a equipe da Secretaria de Interior sair das comunidades sem terminar o serviço, pois os moradores estão esperando que as estradas sejam todas patroladas; porém, uma rua é atendida; outra, não. Assim, comenta que as comunidades acabam “metendo o pau” no governo, dizendo que as estradas estão abandonadas. Lembra que, desde o início do mandato, fala da situação ridícula dos pneus das máquinas que atendem o interior. Inclusive salienta que todos os funcionários da Secretaria de Interior, dos contratados aos efetivos, são bons de serviço, mas falta administração. Relata que, enquanto estava sendo feito o serviço em Gironda, os pneus da patrol furaram oito vezes, o que considera inadmissível. Explica que, com mil e duzentas horas de trabalho e os pneus originais, só ocorreram três furos; enquanto que, com mil e trezentas horas de trabalho e pneus de má qualidade, foram trocados treze jogos deles. Conta que um serviço que demora uma semana para ser feito, com esses problemas de pneus, acaba levando duas semanas. / **Aparteando Paulo Grola (Presidente em exercício):** — Registra que ligou para o Romário, o qual lhe disse que, no meio desta semana, as máquinas irão voltar para Soturno para finalizar o serviço. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Requer que isso seja avisado, pois a comunidade cobra respostas do vereador, já que ela não entende que os Poderes Executivo e Legislativo têm atribuições diferentes. Solicita mais atenção para a Secretaria de Interior, visto que o maquinário dela está sempre com problemas. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Informa que fez uma indicação, solicitando a concretagem de cem metros da Rua Valério Crisóstomo Vargas, no Bairro Marbrasa, obra que foi realizada hoje pelo Poder Executivo. Então, agradece ao prefeito e à Secretaria de Manutenção por essa importante intervenção para as pessoas que moram e trabalham naquela rua. Registra que foi convidado pelo Fioravante e a sua esposa Dádiva para ir à Rodovia do Gavião, onde criam gado. Inclusive parabeniza o Fioravante por ter sido eleito vice-



presidente da Selita e também o Rubens, o presidente. Conta que foi àquela rodovia e levou o Igor, da SEMURB, para uma visita técnica, com o objetivo de que sejam feitos lá dois redutores de velocidade e uma calçada. Menciona que a Rodovia do Gavião recentemente foi recapeada e o local tem um grande histórico de acidentes por excesso de velocidade. Agradece ao Secretário Alex da Vitória, pois está sendo feito um projeto e espera que, em breve, possam ser instalados os redutores de velocidade lá. Apela à população que não faça quebra-molas de forma clandestina, fora do padrão e sem sinalização, pois a via fica feia e pode causar mais acidente. Comenta que sempre busca os caminhos legais, mesmo que demorem um pouco, pois é necessário serem feitos estudo e projeto, para que as melhorias cheguem até a população. Comunica que também solicitou que fosse feito um estudo técnico para a colocação de quebra-molas na Rua Clementina de Jesus, no Bairro Coramara; então, o projeto está pronto e, ainda esta semana, a secretaria vai executar tal obra. Diz que esses quebra-molas foram solicitados pela comunidade, através de um abaixo-assinado, os quais vão dar mais segurança às pessoas. Ressalta que, com muita sobriedade e diálogo, busca levar resultados para a população. / **Paulo Grola:** — Agradece a todos pela festa surpresa que fizeram para ele no gabinete da presidência pelo seu aniversário. Comenta que havia um problema sério no cemitério de Gironda. Conta que o Secretário Vander mandou o Joãozinho até aquele distrito para ver a situação e ficou acertado que, na próxima semana, serão feitos o muro e colocadas cento e cinquenta manilhas para captar a água que passa dentro daquele cemitério. Informa que o ex-secretário Bolelli havia garantido que iria fazer o manilhamento do colégio da localidade de Pantanal, onde, quando chove, a água chega a um metro de meio de altura, não deixando as pessoas passarem. Então, menciona que o Vereador Delandi, que assumiu a Secretaria de Obras, precisa dar continuidade ao processo, que já havia sido licitado. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que o Vereador Allan, líder do prefeito, citou o valor da obra do centro da cidade, mas diz que o governo está se esquecendo das comunidades. Frisa que não questionou a qualidade daquela obra nem disse que iria ficar feia. Comenta que, em vez de gastar 1 milhão e 500 mil reais em uma obra no centro da cidade para fazer uma maquiagem, esse valor deveria ser gasto na drenagem e pavimentação de quatro, cinco ruas de bairros carentes de Cachoeiro, cujos moradores pagam impostos. Menciona que, às vezes, o vereador usa a tribuna para tentar colocar palavras na sua boca e diminuí-lo perante a sociedade. Deixa claro que não muda o seu discurso, que é reto. Conta que o Vereador Gelinho pediu que fosse resolvido o problema de uma rua, próxima ao cemitério, onde nasceu uma árvore no meio dela. Lembra que um morador do Bairro Village da Luz morreu e o caixão dele teve que ser lavado nas costas até uma rua mais acima, porque o carro não conseguiu chegar ao local, devido às condições da via. Relata que começaram a fazer a obra, depois que ele fez denúncia a respeito da situação “imoral” em que se encontrava aquela rua. Pede aos colegas que, antes de usarem a tribuna, lembrem-se do discurso dele, Ary, para não cometerem nenhuma gafe. Salienta que, quanto à obra que está sendo feita no Bairro Amarelo, fez seu discurso baseado nas informações do engenheiro do CREA, o qual trouxe documentos à Câmara. Inclusive ressalta que fez um pedido de informação sobre aquela obra. Enfatiza que tudo o que faz na Câmara é em respeito à sociedade e aos vereadores. Frisa que não vai admitir que coloquem palavras em sua boca, porque tudo o que fala na Câmara é de acordo com papel; agora, é preciso checar se o papel é falso ou verdadeiro, o que deve ser feito pelo Ministério Público. Registra que não é demente para inventar uma mentira e ser processado pelo Poder Executivo. Deixa claro que, como vereador, tem imunidade parlamentar para falar o que pensa na tribuna. Comunica que todos os dias recebe inúmeras denúncias sobre diversos assuntos, inclusive de gente da Câmara, que não tem coragem de usar a tribuna para falar. Comenta que estava com o Presidente Brás e perguntou ao rapaz da Prefeitura, que é o “comprador de vereador”, quanto ele pagava a cada edil, o qual lhe respondeu que era “baratinho”. Afirma que vereador não tem preço, e sim caráter, porque o povo

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



o colocou na Câmara. Avalia que, se todos os vereadores disserem que o Poder Executivo é bom e que as obras estão bem-feitas, não haverá debate no Parlamento. Avisa que não tem preço, e sim valores que herdou de seus falecidos pais e do meio onde foi criado. Salienta que sempre fala a verdade, pois não concorda com a forma de governar do prefeito. Declara que gosta da pessoa do Victor Coelho, mas não suporta o prefeito, o qual também não lhe suporta. Conta que o prefeito disse que não quer conversar com ele e os Vereadores Juninho e Léo Camargo. Inclusive diz que não tem interesse de conversar com chefe do Executivo. Relata que não veio para a Câmara fazer oposição ao governo, e sim para falar a verdade. Ressalta que o prefeito mandou um jornalista para o seu bairro falar um monte de mentira para a população, a qual tem conhecimento da verdade. Lembra que fez a denúncia sobre a falta de carne na merenda escolar e foi isso que obrigou o prefeito a comprar esse alimento para os alunos. Acrescenta que, também depois de sua denúncia, o prefeito mandou acertar o asfalto da Linha Vermelha. Recorda que, na campanha, o prefeito disse que a primeira rua a ser calçada seria uma do Bairro Gilson Carone, mas isso não ocorreu até hoje. Cita ainda que filmou o asfalto com menos de dois centímetros que estava sendo feito e, depois disso, refizeram o serviço. Afirma que, se não for feita denúncia, o povo vai pagar caro por uma obra ruim, uma porcaria. Diz que resolve os seus problemas de uma forma ortodoxa, às vezes, pacificamente; outras, não. Enfatiza que não fala mal de vereador por trás nem manda ninguém fazer isso. Registra que o Município informou que não pode pagar o piso salarial dos professores, mas criou noventa e sete cargos, ou seja, valoriza alguns e prejudica outros. Menciona que o Presidente Bolsonaro disse que, se faltar dinheiro para pagar os professores, os governos podem procurá-lo, que será repassado o valor necessário para essa finalidade; porém, acredita que o governador e o prefeito não querem dar o braço a torcer e pedir essa ajuda ao presidente da República. Apoiar os professores a reivindicarem e lutarem por seus direitos. / Prosseguindo, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Arildo Tomaz Bucker (PDT)**: — Registra que o PSF de Itaoca está sem médico e que o secretário de Saúde disse que vai demorar cerca de quinze dias para esse problema ser resolvido. Pede que, se possível, seja dado um retorno mais rápido à população. Deixa claro para a sua comunidade que está lutando e tentando resolver o problema da falta de médico. Inclusive conta que há um menino na comunidade que precisa de uma cirurgia e conversou com a médica para que ela pudesse liberar a guia para conseguir autorizar o procedimento. Frisa que vai fiscalizar o PSF de Itaoca, pois há denúncias de que algumas pessoas conseguem marcar as consultas e exames; outras, não. Diz que vai buscar resultados para as mil e dezesseis pessoas que votaram nele. Informa que o Quintino e o José Esmeraldo se filiaram ao PDT e, talvez, o Gilsinho Lopes também passe a integrar o quadro do partido. / **Leonardo Cleiton Camargo (Tempo cedido pelo líder do PL)**: — Conta que uma matéria do Jornalista Jackson Rangel informou que ele, Léo, será candidato a deputado federal. Deixa claro que essa informação não procede. Diz que foi convidado por vários partidos para disputar a eleição, mas pensou e chegou à conclusão de que seria melhor dar sequência ao seu mandato de vereador em respeito aos munícipes de Cachoeiro. Então, diz que o Jornalista Jackson Rangel publicou outra matéria, expondo a sua decisão de não concorrer às eleições deste ano. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (Podemos)**: — Espera que o Vereador Ary não leve os embates travados por eles na Câmara para o lado pessoal, pois são divergências de ideias. Diz que respeita os desabafos que o colega faz na Câmara. Comenta que não gosta de tudo o que é dito pelos outros, mas aceitar faz parte do convívio social das pessoas. Frisa que sempre vai tentar resolver as questões com diálogo e respeito, porque a violência não faz parte do seu perfil. Parabeniza o Vereador Rodrigo Sandi, do Podemos, que tomou posse hoje na Câmara e deseja-lhe sucesso. Cita que o Podemos tem o Secretário de Obras, o Pastor Delandi, ao qual parabeniza pelo trabalho que fez na Câmara. Conta que, devido à janela partidária, que vai até o dia 19/04, haverá muitas mudanças nos partidos. Menciona que o Podemos,



que é um partido coeso, continua forte e unido. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Diz que não é homem de carregar esculacho para casa, porque tem vergonha na cara. Dirigindo-se ao Vereador Allan, registra que nunca falou mal dele por trás, porque, se for preciso, fará isso pela frente, mesmo que o colega lhe bata. Afirma que não prega a violência, mas é um homem que resolve as situações. Frisa que não pode ser desmoralizado por pessoas que não têm moral; então, resolve seus problemas do jeito que acha que deve. Comenta que, há poucos dias, um homem sem moral lhe agrediu lá embaixo e alguns ficaram do lado dessa pessoa. Menciona que há pessoas que não gostam dele, Ary, só porque fala as coisas na cara; aí, se o cidadão o esperar lá embaixo para resolver a questão de outro jeito, não vai correr. Salienta que, se é respeitado, também respeita os outros; do contrário, não. Ressalta que a sua pinimba com algumas pessoas é pelo fato de falarem por trás e serem covardes e sem caráter. Deixa claro que homem que é homem fala na frente. Conta que teve um embate com o Vereador Marcelinho, ao qual disse que se quiser falar alguma coisa o faça diretamente com ele, e não na tribuna da Câmara. Registra que já teve discussão com os Vereadores Brás, Boleba e outros, mas nunca vai falar mal deles por trás. Frisa que fica chateado quando vê um bolinho de pessoas falando mal dele, Ary, sem ter coragem de conversar diretamente. Informa que foi procurado por alguns professores que lhe pediram ajuda, pois, desde 2019, não recebem aumento salarial; então, diz que pediu ajuda aos Vereadores Diogo, Gelinho, Sandro, Maitan, Paulinho e Juninho Corrêa, inclusive convidou a todos para virem à Câmara no dia 20 para uma reunião a fim de dar apoio a essa classe. Salienta que não está apoiando os professores com o intuito de ganhar o voto deles, os quais já têm seus representantes. Diz que sempre vai tentar ajudar a quem precisa, como foi o caso dos agentes e, agora, o dos professores. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**, sendo realizada a **1ª Discussão** do Projeto de Lei 03/2022 – Sebastião Ary Corrêa (Dispõe sobre a inexigibilidade de comprovante de vacina, imunização contra a Covid-19, para o acesso a todos e quaisquer lugares públicos, bem como estabelecimentos públicos ou particulares no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim/Espírito Santo, e dá outras providências). / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que esse projeto é de suma importância para a população de Cachoeiro, do Estado e do Brasil, pois as pessoas vão poder ir e vir sem serem molestadas com a exigência do Passaporte Sanitário. Frisa que esse é um ponto de vista seu, e alguns vereadores podem até não concordar com isso. Ressalta que tem o Passaporte Sanitário, pois tomou as doses da vacina contra o Covid, inclusive diz que todos devem se vacinar; porém, as pessoas não podem ser molestadas na porta do cinema, de um bar ou restaurante, sendo-lhes exigido esse passaporte. Comenta que uma pessoa doente pode ter o passaporte e entrar nos estabelecimentos; agora, outra que não está doente, mas não tem esse documento, pode ser impedida de entrar nesses locais. Enfatiza que todo cidadão tem o direito de ir e vir e tomar a vacina, se quiser. Conta que há professoras de escola particular que acabam tendo que pegar atestado médico, porque não podem trabalhar, visto que não têm o Passaporte Sanitário. Analisa que não se pode ser radical ao ponto de obrigar as pessoas a terem esse passaporte. Informa que tal projeto já foi aprovado em Vitória e também poderia ser em Cachoeiro. Acredita que alguns vereadores vão concordar com ele; outros, não. / Continua a **1ª Discussão** do Projeto de Resolução 03/2022 – Todos os Vereadores (Denomina “Higner Mansur” a sala da assistência jurídica da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências). / A seguir, foi acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 36/2022 – Adriano Pereira Verediano** (Requer ao Cadastro Imobiliário – Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA, na pessoa do Exmo. Secretário Márcio Correia Guedes, informação referente a existência ou não de rua com a denominação de “Guardiões”, para que, caso não tenha, possa dar



seqüência ao projeto de lei que vai denominar a rua que faz junção com a Rua Adão Matielo, no Distrito de Gironde); **33/2022 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior** (Requer informação à Exma. Sra. Cristina Lens Bastos de Vargas, Secretária Municipal de Educação, referente ao recebimento da verba do PROETI, destinada as escolas de tempo integral do Município de Cachoeiro, conforme edital publicado em 17 de novembro de 2021); **35/2022 – Paulo Grola** (Requer informação ao Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, sobre o motivo da “Escadaria Edson Souza de Novaes”, que liga a Rua Alfredo Levy à Avenida Carly Levy Ramos, no Bairro Novo Parque, neste Município, não estar identificada com placa); **31/2022 – Paulo Sérgio de Almeida** (Requer informação à Gerência Administrativa, Secretaria Municipal de Fazenda, sobre o quantitativo de servidores efetivos que são contemplados com o tíquete-feira e, ainda, o quantitativo de servidores efetivos com salários de até 1 mil e 700 reais); **34/2022 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer informação ao Sr. Engenheiro Agrônomo Jorge Luiz e Silva, Presidente do CREA-ES, referente a obra licitada pela Prefeitura próxima à Padaria Salpic, no Bairro Amarelo. A empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à proteção de taludes com revestimento em geocomposto de PVC possui toda a documentação exigida? O CREA-ES fiscalizou essa obra?); **Enviando Votos de Congratulação:** 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266 e 267/2022 – Osmar Francisco; **Projetos de Decreto Legislativo:** 92 e 93/2022 – Brás Zagotto; 91/2022 – Evandro Miranda. / Seguindo, foi colocado **em discussão o Veto Parcial 10/2022** ao Projeto de Lei 125/2021, de autoria do Vereador Leonardo Cleiton Camargo (Dispõe sobre a obrigatoriedade de agropecuárias, clínicas veterinárias, “pet shops” e estabelecimentos congêneres a fixarem placas informativas acerca do crime de maus-tratos a animais, e contêm providências). / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Diz que essa lei já foi publicada e entrou em vigor, desde 15/03/2022. Registra que foi vetado apenas o artigo 5º do projeto. Pede aos vereadores que mantenham o veto. / Posto em votação, **o Veto Parcial 10/2022 foi mantido** por unanimidade dos presentes. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, na semana passada, a Câmara aprovou uma mudança no parágrafo 1º do artigo 65 do Regimento Interno, assim, o vereador, através de requerimento, pode utilizar o nome de urna cadastrado na Justiça Eleitoral para a lista de chamada das votações. / **Diogo Pereira Lube (Secretário):** — Lembra que a Comissão do IPTU solicitou uma audiência com o Ministério Público para tratar das inconsistências detectadas na cobrança desse imposto. Comunica que tal audiência foi marcada para o dia 07/04, quinta-feira, às 14:00 horas, na sala da Dra. Ana Carolina, e convida os vereadores a se fazerem presentes lá. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas.